



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

MARCELINA DULCE MUHONGO

**IMPACTOS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO EM ANGOLA:
UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE ASSIMILAÇÃO
E ACULTURAÇÃO NO PERÍODO (1960 A 1974)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

MARCELINA DULCE MUHONGO

**IMPACTOS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO EM ANGOLA:
UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE ASSIMILAÇÃO
E ACULTURAÇÃO NO PERÍODO (1960 A 1974)**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção de título de Bacharel em humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

MARCELINA DULCE MUHONGO

**IMPACTOS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO EM ANGOLA:
UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE ASSIMILAÇÃO
E ACULTURAÇÃO NO PERÍODO (1960 A 1974)**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção de título de Bacharel em humanidades.

Aprovado em: 30/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Andressa de Freitas Ribeiro

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Andreia Cardoso Silveira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 5 |
| 2 | JUSTIFICATIVA | 7 |
| 3 | PROBLEMA DE PESQUISA | 9 |
| 4 | OBJETIVOS | 10 |
| 4.1 | OBJETIVO GERAL | 10 |
| 4.2 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 10 |
| 5 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 10 |
| 5.1 | CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍTICA EDUCATIVA COLONIAL EM ANGOLA | 10 |
| 5.2 | CRIAÇÃO DO ENSINO OFICIAL EM ANGOLA | 12 |
| 5.3 | ESTATUTO DOS INDÍGENAS | 18 |
| 5.4 | SISTEMA DE ENSINO EM ANGOLA DE 1960 A 1974 | 22 |
| 6 | METODOLOGIA | 25 |
| 7 | CRONOGRAMA | 27 |
| | REFERÊNCIAS | 28 |

1 INTRODUÇÃO

É inegável afirmar que a colonização causou inúmeros impactos no continente africano. Vários teóricos e pesquisadores do assunto em questão afirmam que durante o período da colonização, a África foi marcada por vários impactos positivos e negativos. No âmbito dessas discussões, Boahen (2010), trata deste assunto, no texto: *Colonialismo na África: impacto e significado*. Nesta senda o autor levanta duas grandes questões. Uma delas foi qual é a herança deixada pelo colonialismo na África e qual foi então o seu impacto? Em resposta a esta questão, os teóricos e pesquisadores do mesmo tema, alegam que estes aspectos negativos e positivos registaram-se nas seguintes esferas: política, econômica e social.

É de salientar que as respostas destes autores são desiguais. Nos anos de 1960/70, autores como L. H. Gan, Peter, Duigan, Margery e P.C. Lyod, concordam que houve impactos positivos, alegando, que seriam estes, a criação de escolas, a instituição de uma língua franca, instauração de um grau maior de paz e de estabilidade na África, modernização, difusão, técnicas, modas e novos gostos, etc. (BOAHEN, 2010). Já alguns nacionalistas africanos e teóricos do desenvolvimento e subdesenvolvimento do continente africano, são eles: Walter Rodney, M.H.Y Kaniki e A.E. Afigbo, em contrapartida, discordam das ideologias dos autores acima mencionados, dizendo que houve simplesmente impactos negativos, “[...] há que salientar desde o início que maior parte dos efeitos positivos não é de origem intencional: trata-se antes de consequências acidentais ou de medidas destinadas a defender os interesses dos colonizadores” (BOAHEN, 2010, p. 921).

Particularmente em Angola durante a luta de libertação, “Algumas escolas foram abandonadas, outras destruídas pela guerra, outras ainda sabotadas deliberadamente pela população porque, no seu entender, representavam o poder colonial, já que não tinham acesso a elas” (KEBANGUILAKO, 2016, p. 169). Deste modo, podemos abonar que, na realidade, as instituições criadas nas colônias, propriamente em Angola, foram de interesses para os Colonos e não para os colonizados conforme os positivistas afirmam. Mediante as contradições por partes destes pensadores nasceu o desejo de aprofundar e desenvolver sobre o tema em análise, desse modo, o meu interesse voltou-se na esfera social, propriamente na educação, porque segundo os defensores dos impactos positivos no colonialismo, houve construções de escolas e instituição de uma língua franca. Respondendo ao ideal desses defensores, os críticos do colonialismo, os nacionalistas africanos, afirmam que, a educação dada neste período era desigual, mal orientada e não era bem distribuída. A fim de compreender essas discordâncias, surgiu o interesse de pesquisar o seguinte tema: **Os Impactos do Colonialismo Português na**

Educação em Angola: Uma análise dos processos de Assimilação e a aculturação no período de 1960 a 1974.

O presente projeto visa promover uma reflexão e análise dos principais acontecimentos ocorridos no sistema educacional no período de 1960 a 1974. Vale ressaltar também que neste período se deu o início da luta armada de libertação nacional do país do jugo colonial português e, a partir de então, muitas mudanças surgiram na vida política, econômica e social e como não poderia ser, várias são as reformas introduzidas no sistema educativo colonial na qual formou-se a matriz da educação em Angola. Registrou-se também a influência da luta armada de libertação nacional no conjunto de reformas educativas. Deu-se o fim da política indígena e começou o projeto colonial levar a escola a senzala¹ e registou-se o papel das missões religiosas (católicas e protestantes) na instrução e na assimilação dos angolanos, bem como sua parceria com o governo da província ultramarina e com o estado colonial, prevalecendo como importantes na materialização prática de todas políticas educativas implementadas neste período (KEBANGUILAKO, 2016 e WHEELER, 2009).

“O pesquisador é impulsionado pelo desejo de saber, compreender e explicar a gênese e a “verdade” do objeto de estudo. A verdade racional (razão) [...], que resulta de uma organização lógica do pensamento sobre os fatos, sobre realidade do passado e presente” (NGULUVE, 2006, p. 12). Com isso dizemos que não será uma tarefa fácil de responder as inúmeras questões que vão surgindo ao longo da pesquisa, mas também não será impossível. Impulsionada e com ânsia de querer aprofundar mais sobre o assunto em análise para tentar compreender melhor, o contexto colonial histórico de que pouco se fala em Angola, mas vivemos em cima das consequências que foram originadas neste período. Penso que a caminhada será longa e de grande responsabilidade, uma vez que vivemos num país que ganhou independência, mas ainda não a descolonização mental. Segundo o que afirma a jornalista portuguesa Henriques (2015)², ao analisar Angola, diz que houve independência, mas não descolonização das mentes, ao entrevistar várias pessoas, buscou encontrar as possíveis influências e mudanças causadas pela colonização no meio social angolano, e quais foram as lembranças existentes até aos dias de hoje. Segundo Patrício Batsikama, historiador e professor

¹ Em Angola o termo Senzala refere-se a uma comuna, ou aldeia, ou seja, a um conjunto de pessoas que moram afastadas das cidades urbanas, ao contrário do que significa no Brasil, que era uma forma de moradia de populações escravizadas, vindas do continente africano, assim como afirma a Doutora em História, Ana Luíza Mello Santiago de Andrade (<https://www.infoescola.com/historia/senzala/>).

² Em 2015 foi realizada uma entrevista, e nela, a equipa era formada por *Joana Gorjão Henriques* (em Luanda e Benguela Texto), *Frederico Batista*, *Ricardo Rezende* (Vídeo) e *Sérgio Afonso* (Fotografia) LINK: <https://youtu.be/rt0L7msmjFM>

angolano, ao ser entrevistado por Henriques afirma que, em Angola, os portugueses não deixaram grandes escolas, eles utilizavam a filosofia da administração colonial, que foi de grande exclusão e, até 1961, categorizava-se as pessoas, sendo uns indígenas e outras assimiladas, e ele também ressalta que, hoje ainda vivemos as consequências³.

Conforme Gohn (2011, p. 105) “[...] a educação é abordada enquanto forma de ensino/aprendizagem adquirida ao longo da vida dos cidadãos; pela leitura, interpretação e assimilação dos fatos, eventos e acontecimentos que os indivíduos fazem, de forma isolada ou em contato com grupos e organizações.

Segundo Kebanguilako (2016), as sociedades africanas, da qual Angola faz parte, a imagem de muitas outras pelo mundo, desde os tempos remotos já possuíam os seus sistemas próprios de educação, na qual o seu objetivo consistia em transmitir os valores, as competências e os modelos comportamentais sociais, de uma geração para outra. A educação praticada antes da ocupação e da expansão colonial, baseava-se no quadro não formal, grande parte desta educação adquiria-se pelos pais através de exemplos e comportamentos dos membros mais velhos na sociedade. Desta forma, ocorria a transmissão dos hábitos e costumes de uma determinada localidade. Neste processo a educação do povo constituía-se na absorção, reelaboração e transformação da cultura local existente, gerando a política de uma nação, (GOHN, 2011).

2 JUSTIFICATIVA

Assim como um trabalho de conclusão de curso envolve uma justificativa, onde o pesquisador apresenta os motivos e interesses que lhe levam a realizar a sua pesquisa e de que forma a mesma será relevante para esfera política, econômica, social e na esfera intelectual acadêmica. Também não existe presente sem passado, desta forma para compreendermos, a história da humanidade é necessária que estes dois elementos caminhem juntos em direção ao futuro, segundo o que afirma (GRAÇAS, 2005, p. 47 apud LIBERATO, 2014, p. 1005) “Só é possível compreender plenamente uma situação num dado presente se neste for integrado quer o passado quer o futuro”. Deste modo para compreender melhor os impactos que a colonização

³ Consequências deixadas pelo processo de ensino colonial que até hoje perduram, tais como: a exclusão da população com renda baixa (os habitantes dos bairros periféricos) nos recintos escolares, e se houver inserção estes são sujeitos a más condições de ensinos, e o privilegio devido a pigmentação da pele, que até hoje pode ser apontado como consequência do colonialismo.

portuguesa causou na Educação em Angola e analisar até que ponto os processos de assimilação e aculturação afetaram nos valores culturais da sociedade Angolana no período de 1960 a 1974, é necessário fazer um recuo temporal. E por sua vez este foi um período de grande marco na expansão do ensino em Angola e também foram criadas várias políticas educativas colonial.

O interesse pela temática surgiu devido aos debates em salas de aulas, propriamente na disciplina de sociedades diferença e direitos humanos nos espaços lusófonos, lecionada pelo docente Ercílio Neves Langa Brandão, quando debatíamos o texto do Lusotropicalismo de Gilberto Freyre, em que, este autor afirma que a colonização portuguesa no Brasil, na Ásia e na África foi satisfatória porque, diferente dos outros europeus, os portugueses não praticaram o racismo, preconceito e discriminação, mas sim houve intercâmbio de culturas e miscigenação. Ressalta ainda que os Portugueses utilizaram método de integração nas suas colônias e não de subjugação ou mesmo de assimilação forçosa, eles souberam buscar, na experiência com outros povos valores, técnicas e costumes que lhes permitiram viver em harmonia sem deixarem de ser civilizados e cristãos (CASTELO 1998).

Discordando com essa ideologia procurei tentar entender mais sobre o colonialismo, não obstante, fui indicada apresentar um tema semelhante, na disciplina de Antropologia e Colonização, lecionada pelo docente Gerhard Seibert. O tema foi: colonialismo africano: impactos e significados. Durante a minha leitura e preparação para o seminário pude notar que diferente de Freyre, Boahen trouxe no texto duas teorias pesquisadas por teóricos que acreditam que existiu impactos involuntariamente positivos da colonização tais como: instauração de um grau maior de paz e de estabilidade na África, modernização, difusão de técnicas, modas e novos gostos, exploração de desenvolvimento e de recursos naturais e construções de escolas. E os teóricos que acreditam que estes impactos foram negativos porque tudo isso foi feito em benefício do europeu, e houve uma educação desigual e mal distribuída, exploração econômica e perda de soberania e independência e também uma forçosa assimilação cultural. De acordo a realidade em que Angola vive, na esfera política, econômica e social, pensei: não faz sentido dizer que o colonialismo no meu país foi positivo, porque nós continuamos a viver, até nos dias atuais, as consequências do colonialismo. Então motivada pela sofreguidão de saber mais e contribuir com uma história que até então tem sido contada por meio de mitos, nasceu o desejo de falar sobre o tema acima já mencionado.

Espera-se com este trabalho, conforme almejamos, contribuir para uma eventual mudança no sistema educacional angolano permitindo assim identificar o que está na base dos problemas que têm feito com que a educação em Angola seja um fracasso até hoje. Saliento, sisamente, que o presente trabalho também é importante porque avisa em ajudar a desconstruir

os mitos da colonização portuguesa em Angola, levando-nos a refletir até que ponto o nosso país vive dentro de um círculo caracterizado como neocolonialismo, e também , tem como função de tentar despertar as pessoas de como o nosso ensino é totalmente construído a cima de uma política educacional colonialista mesmo sermos um país independente que busca, na teoria, ser um só povo e uma só nação, mas na prática continua a viver dentro do regime português e que o mesmo conta a história da sociedade angolana de acordo a realidade deles e não o que se registou e tem se registado em Angola.

Este trabalho também apresenta uma relevância acadêmica, uma vez que o mesmo está em linha direita com alguns temas que buscam desmistificar o Lusotropicalismo de Gilberto Freyre, e com pesquisas que procuram identificar o que está na base do fracasso do ensino angolano. Estes trabalhos são pesquisados por autores/autoras que debruçam sobre Angola, dentre elas: a historiadora Maria Conceição Neto, que aborda o tema ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX; Ermelinda Liberato que procura compreender os avanços e retrocesso da educação em Angola e Dinis Kebanguilako, que fala sobre a educação em Angola sistemas educativos, políticas públicas e os processos de heimonização e homogeneização.

Esperamos que este assunto seja útil para a sociedade angolana e que seja visto com um espírito crítico, para sairmos da colonização mental e epistemológica que estamos vivendo por que apagar o colonialismo é impossível mas podemos agir contra ele, e só será possível agir , corrigir, os defeitos e insucessos se realmente nós conhecermos os verdadeiros impactos que este provocou.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

A questão que norteará a discussão e investigação deste projeto é: quais são os impactos que a colonização portuguesa causou na educação de Angola no período de 1960 a 1974, e até que ponto os processos de assimilação e aculturação influenciaram nos valores culturais angolanos?

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Compreender os impactos que a colonização portuguesa causou na educação de Angola no período de 1960 a 1974 e analisar a influência dos processos de assimilação e aculturação nos valores culturais angolanos.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Descrever como se deu o processo educativo neste período de 1960 até 1974;
- ✓ Identificar os impactos que surgiram com a introdução das novas políticas de reformas no sistema educacional angolano;
- ✓ Analisar até que ponto as missões religiosas (católicas e Protestante), contribuíram nas instruções dos processos de Assimilação e aculturação dos angolanos e verificar como estes dois processos afetaram os valores culturais angolanos.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

5.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍTICA EDUCATIVA COLONIAL EM ANGOLA

Antes do século XV, os Estados africanos, que eram erroneamente designados de reinos africanos, cada um deles desenvolveu sua própria organização política, econômica e social. “A característica comum destas sociedades era o valor atribuído a oralidade, uma vez que não desenvolveram a escrita” (KEBANGUILAKO, 2011, p. 14).

Independentemente de não desenvolverem a escrita, o processo de educação esteve sempre presente, de acordo com Kebanguilako, distinguiu-se três formas de educação: a primeira, trata-se da educação formal que se realiza na base de um currículo estruturado com a intencionalidade bem definida, que respeita todos os mecanismos preestabelecidos e uma sequência temporal, onde os papéis de educador e de educando são definidos e o processo se finaliza com ato de comprovação dos conhecimentos e habilidades adquiridos pelo educando e

sua certificação. Esta educação é sistematizada e realiza-se através de instituições próprias que conformam o sistema educativo escolar.

E a segunda, não formal distinguem-se por duas categorias, a primeira categoria da educação não formal refere-se ao processo educativo que tem lugar em qualquer parte e momento, ali não existe um controlo rígido, nem sequência do tempo nem se definia a idade. Qualquer um que tivesse interesse de aprender podia-o fazer; a segunda categoria da educação não formal é aquela que tem lugar no seio da comunidade e é uma educação contínua, permanente e popular, onde ninguém ensina ninguém, e todos se ensinam na interação cotidiana. Essas duas categorias acabam se influenciando uma da outra no qual conhecemos simplesmente por educação não formal, conforme Gohn (2011, p. 106-107):

A educação não formal designa um processo com quatro campos ou dimensões, que corresponde a suas áreas de abrangência. O primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadão, [...] o segundo, a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidade. O terceiro, a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para solução de problemas coletivos cotidianos. O quarto, [...] é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados, ali o ato de ensinar se realiza de forma mas espontânea e as forças sociais organizadas de uma comunidade têm o poder de interferir na delimitação do conteúdo didático ministrado bem como estabelecer as finalidades a que se destinam aquelas práticas.

É de resalta que esses três tipos de educação a cima mencionado, existiram com diferentes especificidades no continente africano, variando de uma região para outra e de uma cultura à outra. Existiam também algumas regiões que não havia a educação formal, o mesmo aconteceu no território angolano. “Em Angola, não se conheceu práticas de educação formal como as que tiveram lugar na África ocidental. Porém, as outras duas categorias da educação não formal, que muitas vezes se confundem, sempre existiram.” (VIERA, 2004, p. 32 apud KEBANGUILAKO, 2016, p. 15).

O processo de ensino escolar sobre o modelo ocidental, usando a escrita começou, nas primeiras décadas do século XVI, no reino do Kongo, isso foi bem antes do país se constituir na unidade territorial como é hoje conhecida. Com a fundação da cidade de Luanda em 1575, este processo se estendeu até lá, no século posterior, o mesmo processo de ensino europeu chega a Benguela e em outras partes das regiões do litoral sul de Angola. Com o processo de colonização efetiva, que iniciou no final do século XIX, depois de terminar a conferência de Berlim, estendeu-se até ao princípio do século XX, onde se registou o papel da igreja católica e protestante, continuando com a missão de escolarizar a camada privilegiada da sociedade colonial, (Kebanguilako, 2016).

Durante a presença do colonizador, neste território, a educação foi marcada por várias fases de acordo as reformas políticas coloniais, olhando para a história da educação em Angola podemos caracterizar estas fases em duas sendo que uma vai de 1926 até 1958 e a outra vai de 1958 a 1974. Mas de acordo com o autor a cima mencionado, ele afirmar que partindo da historiografia da educação portuguesa e dos seus territórios ultramarinos, existem cinco grande períodos que se diferenciam entre si, são eles: Educação Jesuíta (1759); Pombalina (1759-1792); Joanina (1792- 1845); a de Falcão e Rebelo da Silva (1845- 1926) e Salazarista (1926-1961).

No que concerne ao território angolano, acrescenta-se, mais uma fase que diz respeito a educação durante a luta armada anticolonial (1961 a 1974) conduzida por três movimentos rivais. Esta última fase (1960 a 1974) será então o período de análise da nossa pesquisa.

Para a profundarmos e desenvolvermos o nosso trabalho, utilizaremos algumas obras que dialogam, com o assunto que pretendemos pesquisar, tais autores/ as são os seguintes: Dinis Kebanguilako (2016), que fala sobre o sistema educativo e os processos de Hegemonização e Homogeneização na política criada pela primeira república em Angola, de 1975 a 1992; Brito Neto Manuel (2005) que aborda sobre a história da educação em Angola; Ermelinda Liberato (2014) que em sua pesquisa trata sobre os fracasso e sucesso da educação angolana; Cláudia Castelo (1998), que escreveu sobre a maneira do português estar no mundo, Maria Conceição Neto (1997), que em seu artigo fala sobre as mistificações do colonialismo angolano, etc.

5.2 CRIAÇÃO DO ENSINO OFICIAL EM ANGOLA

Segundo Liberato (2014, p. 1005), “O interesse político e econômico de Portugal pelos territórios africanos, por si colonizados, concretizou- se sobretudo a partir do século XIX”. Nesta fase Portugal começa a elaborar os seus projetos para instalação do seu império no continente africano. Desta forma para melhor percebemos o período em análise, vamos fazer um recuo temporal de como se deu o sistema educativo em Angola, a partir do século XIX. No último quartel deste século a ideologia colonial dos países europeus assentavam- se na ideia da superioridade da civilização ocidental. Assim sendo, Neto (1997, p. 339) afirma que ideologia colonial é:

O corpo de ideias filosóficas e práticas que deram coerência global e fornecem justificação ao expansionismo da Europa em África [...], centrada na superioridade do «homem branco » legitimou as guerras de conquista e exploração a favor da metrópole, a sujeição das maiorias colonizadas.

O expansionismo europeu, na qual Portugal fez parte baseou-se na ideia de domínio. Olhavam para os africanos como sendo povos sem cultura que só servem para trabalhar, inferiores, bárbaros, incapazes de assimilarem, selvagens, etc. Após conquistarem os territórios, a ideologia colonial revestiu-se de uma linguagem paternalista⁴, em que, na qual tinham a missão de civilizar os africanos e trazendo eles para a civilização “a Europa salvando a África de si mesma, isto é, da barbárie, das guerras intestinas, do feiticismo⁵, das doenças endémicas, do atraso tecnológico e moral” (NETO, 1997, p. 340). Desejando assegurar fundamentalmente a sua supremacia política e transmitir a sua cultura as sociedades tradicionais, primitivas e incivilizadas, o colonizador criou então a política educativa colonial.

Segundo Liberato (2014), a partir de alguns motivos que influenciaram na criação do sistema de ensino colonial em Angola, nas quais:

- Desenvolver o território e atrair a imigração de famílias portuguesas;
- Inculcar no indígena os seus valores através das escolas e missões;
- Transmitir a língua e cultura portuguesa ao povo de suas colônias africanas para se consolidar o saber português;
- Enfraquecer e destruir as estruturas sociais, culturais e econômicas dos africanos;
- Expandir a língua portuguesa e proibir as línguas africanas e acentuar a superioridade da “raça” europeia;
- E por fim, evoluir as sociedades arcaicas para os progressos civilizacionais.

Antes de se instituir o ensino oficial em Angola, já existia a educação jesuíta, pombalina e joanina ambas estavam sobre o domínio da hegemonia eclesial, ligados ao processo de evangelização da igreja católica, e no seu sentido lato não era destinada aos indígenas, porque não constituía o móbil da colonização, realçando que cada uma destas fases em Angola aconteceram em épocas diferentes: a educação jesuíta estava sobre o domínio dos missionários jesuítas que após o Marques de Pombal, isso no final do século XVIII, ter lançado o processo de nacionalização do ensino, expulsou os missionários jesuítas de Portugal e dos territórios ultramarinos; Neste modo, surgiu a educação pombalina querendo substituir a hegemonia

⁴ Wheeler e Pélissier, apontam que esta ideologia foi a principal característica da política do indigenato.

⁵ O feiticismo é uma noção do termo “feitiço” são peças fundamentais para a compreensão da ideologia civilizatória que ajudou a justificar a perseguição às práticas culturais e religiosas afro-brasileira. Os termos eram usados para desqualificar e homogeneizar práticas diferentes de cura e religiosidade, (MACRAE E ALVES, 2016, P. 407). Mas esta palavra tem sustentado uma carga pejorativa, que em Angola este termo é designado em pessoas que achamos de bruxas ou bruxos, que com as suas macumbas praticam o mal.

eclesial pela estatal estendendo as escolas em Luanda e Benguela, mas o ensino era elitista, voltado exclusivamente para população branca e os seus descendentes e vetado a população negra nativa, e a educação joanina foi uma fase em que o processo colonial em Angola estava dominado pelo comércio externo da escravatura. Nesta altura o processo de ensino em Angola fracassou e não conseguiu criar um sistema educativo altura da realidade angolana e por que também o interesse principal neste período era uma economia dominada pelo escravismo, (Kebanguilako, 2019 e Neto, 2005).

De acordo ao que ensina Liberato (2014), a estrutura oficial do ensino em Angola foi fundada aos 14 de agosto de 1845, num decreto assinado por Joaquim José Falcão⁶, e segundo afirmação de Kebanguilako com a criação deste decreto:

a responsabilidade da igreja na educação e instrução nos territórios portugueses passou para o Estado. Pela primeira vez se estabelecia um sistema coordenado de educação fora de Portugal metropolitano. [...] Finalmente é neste período que se pode afirmar que foi criado o ensino oficial em Angola, durante o mandato de Pedro Alexandrino da Cunha como Governador-geral. (2016, p. 134).

Nesta fase Falcão criou algumas escolas e uma delas foi a escola principal de instrução primária, mas este primeiro passo, apesar de ser importante, contudo não foi suficiente para motivar a população angolana e nem tão pouco preparado para a frequência escolar e com isso foi necessário dar um tempo para se consolidarem outras medidas e essas medidas tomadas por Luís Augusto Rebelo da Silva, no decreto de 1869 são: articulação da escola principal não como grau superior de ensino primário, mas como primeiro grau do ensino secundário ; mesmo com a extinção de algumas ordens religiosas, as escolas missionárias católicas que sempre existiram passaram a ter apoio direito do governo português; manteve-se um sistema de educação com o ensino primário dividido em dois níveis e foram criadas escolas separadas por sexo.

Com a implantação da República em Portugal, em 1910, registou-se na política colonial para os territórios africanos novamente alterações, após a primeira fase de conquista do território, a ideologia colonial portuguesa acentuou sua base nacionalista, mas igualmente racista. No período de 1910 a 1926, a política colonial em Angola ficou marcada pela governação de Norton de Matos⁷, que se destacou pela intensão de reformar, autonomizar e descentralizar política e economicamente a colônia. Defendeu a fixação da “raça” portuguesa em Angola no campo educativo e a instrução como meio de civilização dos angolanos, utilizou

⁶ Foi o ministro da marinha e do ultramar, que junto com a rainha D. Maria II, decretaram e assinaram em 1845, a estrutura do ensino oficial de Angola.

⁷ Matos em 1912 a 1914 era governador geral e logo a seguir tornou-se alto-comissário.

a língua portuguesa e proibiu o uso de qualquer língua africana no ensino escolar, desta forma Neto mostra- nos que:

Só em 1921 o ensino nas diversas línguas bantu foi proibido, com consequências de facto graves para o seu desenvolvimento entre a população escolarizada. [...] Ao contrário do que por vezes se afirmar, nunca houve lei que proibisse falar as línguas bantu, mas, proibindo as nas escolas e exigindo- se o abandono da sua prática comum, (NETO, 1997, p. 338).

Matos também, fez uma separação da educação, ensinada aos africanos da aquela ministrada aos portugueses, assim sendo a instrução dos indígenas limitava- se em falar, ler e escrever o português; saber as quatro operações aritméticas e o conhecimento da moeda corrente de Angola; davam simples palestras sobre higiene pessoal e das habitações; tinham que se a costumar com os benefícios da civilização portuguesa adequadas as idades e ao desenvolvimento intelectual dos ouvintes.

Em função da instrução literária e humanista, houve separações das escolas, de um lado as meninas e de outro os meninos: as aulas das meninas consistiam no ensino teórico e práticos, recebendo instrução literária em grau primário elementar, aprendiam a costurar, a fazer trabalhos domésticos e educação moral e cultura física. Já os meninos no ensino primário ensinavam-lhes técnica de artes e ofícios e educação moral e cultural física.

Neste período acentuo- se generalizações e o discurso sobre a superioridade da raça europeia. Entre 1926 a 1930 decorreu uma nova fase, que serviu de preparação para a implementação do Estado Novo⁸, este período foi caracterizado pela ditadura militar, sobre liderança de Antônio de Oliveira Salazar, promoveu- se nesta época uma política colonial que assentava- se sobre tudo na diferença entre “raça” portuguesa e os indígenas⁹, e fez- se uma separação que foi legalizada por dois grandes momentos, o primeiro aconteceu em 1926 quando se criou a nova política do indigenato, e o segundo pelo ato colonial em 1930. Com a intensificação desta ideologia de raça deu-se origem a uma separação entre brancos oriundos da metrópole e os brancos naturais de Angola, os africanos civilizados e os não civilizados, o que fez com que Angola deixasse de ser a terra dos deportados ou selvagens.

Após a “raça” civilizadora, muniu-se de instrumentos para levar acabo a missão de civilizar os africanos por intermédio do processo de assimilação no âmbito do Estatuto dos Indígenas (1926-1961) que consistia em saber ler, escrever , falar português, ter condições de

⁸ Estado Novo é nome do regime político autoritário, autocrata e corporativista de Estado que vigorou em Portugal durante 41 anos, começando com a constituição de 1933 e só terminou com a revolução de 25 de abril de 1974.

⁹ O termo indígena é uma linguagem colonial, ou seja, e a forma como, o colonizador tratavam os angolanos ou africano na era colonial.

sustentar família, se comportar bem e ter bons hábitos e uma educação, além disso, Wheeler e Pélissier ressaltam que para um africano ser considerado um assimilado teria que obedecer alguns padrões:

O Estado estabeleceu os seguintes critérios para «assimilação»: o africano tinha de ter pelo menos 18 anos de idade, dar provas da sua capacidade para falar o português, ter um bom caráter e um cadastro policial e militar limpo (não podia ser um desertor do exército). Tinha de submeter a sua candidatura às autoridades locais, após o que o estado analisaria o seu caso; se o seu requerimento fosse aprovado, as autoridades emitir- lhe- iam um bilhete de identidade. (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 197 e 198).

Segundo Neto (1997), o colonizador procurou dominar e não civilizar, porque muitos deles classificam o negro como incapaz de civilização, alguém que serve para trabalhar enquanto o branco serve para mandar. Na realidade o processo de assimilação consistia na “eficaz barreira jurídica e cultural a ascensão social da maioria da população negra, já que os brancos eram automaticamente considerados «civilizados»” (NETO, 1997, p. 342). As medidas tomadas pelo Estado Novo no continente africano concernente a política educativa, estava a favor ao enaltecimento dos efeitos português, e para integrar os africanos na cultura portuguesa elaborou-se duas políticas educativas: a educação oficial, destinada aos filhos de brancos dos colonos que tinha como base a política educativa em vigor na metrópole que se deixou levar pela mensagem do colonizador enquanto agente da civilização, e a educação destinada aos indígenas que tinha como objetivo a evolução das sociedades arcaicas, atrasadas no sentido do processo civilizatório (LIBERATO, 2014 e KEBANGUILAKO, 2016).

Deste modo, após a preparação da implementação do Estado Novo e a implementação do Estatuto dos Indígenas, em 1926, surgiu uma outra fase, que foi de 1933 a 1960, e que serviu de transição do Estado Novo para a luta armada. Segundo Castelo (1998) e Kebanguilako (2016), este período foi caracterizado pela política colonial do Estado Novo, que começou a vigorar em 22 de fevereiro de 1933, após a sua publicação no Diário do governo. Esta época se estendeu até 1974, mais uma vez o mesmo estava sobre liderança de Antônio Oliveira Salazar que na fase anterior ocupava o cargo de presidente do conselho, neste período Salazar passou a governar como primeiro ministro, tendo a poio de um grupo de juristas começou a preparar, o texto da constituição, o mesmo texto a presentava- se “ menos antiliberal e antidemocrática, mas, na prática política do exercício do poder, o regime mostrou- se autoritário, segregacionista, racista, autocrata, corporativista ditatorial, fascista e sobretudo, colonialista.” (KEBANGUILAKO, 2016, p. 143).

Antes da constituição do estado novo ser consagrado e vigorar como caráter antidemocrata, Salazar elaborou um decreto que foi publicado aos 8 de julho de 1930, que ficou conhecido por Ato Colonial. Castelo afirma que “este diploma inaugura uma nova fase na administração colonial portuguesa, uma fase imperial nacionalista e centralizadora, [...] Esta fase corresponde à nova conjuntura interna e externa” (1998, p. 45). Kebanguilako ressalta ainda que este ato definiu “a política de governação portuguesa nos territórios que constituíam o império colonial Português, política esta que se mostrou discriminatória e de submissão da população nativa ao regime colonial” (2016, p. 143 e 144). Com este decreto Portugal se viu no direito de ocupar e dominar povos de territórios distantes a milhões de quilômetros e com culturas próprias, e ainda com esta lei Portugal criou vários artigos que serviram de suportes para reafirmar a política do Estado novo, assim sendo Castelo (1998, p. 46) garante que o ato colonial:

Começa por reafirmar a vocação e o direito histórico de Portugal a colonização: « É da essência orgânica da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nele se compreendam, exercendo também a influência moral que lhes é adstrita pelo Padroeiro do Oriente». [...] Estabelece estatutos especiais dos indígenas. [...] Considera as missões religiosas do ultramar um « instrumento de civilização e de influência nacional » e concede-lhe proteção e auxílio do Estado, « como instituições de ensino.

Segundo Kebanguilako (2016), os portugueses pelo simples fato de serem o primeiro povo a estabelecer relações com povos do Atlântico, não lhes conferia direito nenhum de ocupar e dominar sob o pretexto de um ato civilizador, mas pelo seu poder e pela sua função histórica Portugal se viu capacitado em ter esses territórios e, os mesmos, estarem sobre o domínio de um documento ou lei discriminatória, separatista que dividiu a população em duas grandes categorias, de um lado a metrópole e de outro as colônias. Olhavam para a população da colônia como pessoas barbaras, atrasadas, e sem cultura, que precisam ser civilizadas para possuírem direito de cidadania portuguesa.

Para que um cidadão da população colonial adquirisse o direito à cidadania portuguesa tinham primeiro que passar por um processo civilizador, no que concerne à educação.

Nesta fase, de 1930, caracterizou-se por uma educação diferenciada, onde se estabeleceu dois sistemas educativos em Angola: Sendo um para população branca e os assimilados e outro para população indígena. O mesmo sistema educativo português para Angola reservava um ensino técnico profissional básico e criaram um programa muito limitado e muito seletivo, que foi dividido em duas etapas de cada dois anos, formando sapateiros,

carpinteiros, serralheiros, marceneiros, pedreiros, entre outras, destinada a população negra. Estas formações não lhes permitiam ter acesso ao ensino superior. Antes de 1961 existia em Angola uma educação bastante restrita aos grandes centros urbanos, já nas zonas rurais o governo da província¹⁰ não intervia no processo educativo, o mesmo estava sobre responsabilidade das missões religiosas. A partir de 1951 a separação que existia entre a metrópole as colônias, que nesta mesma data passaram a chamar-se de províncias ultramarinas, começou a se fazer senti em grande escala no sistema educativo, sendo que o ensino para a população nativa estava distribuído às missões religiosas, o Estado regulamentava o ensino, sob a designação de ensino rudimentar¹¹, e posteriormente passou a chamar-se ensino de adaptação¹². Conforme afirma Kebanguilako (2016) as populações dos territórios ultramarinos, não poderiam ser tratados de cidadãos sem antes cumprirem com um conjunto de requisitos legais¹³.

5.3 ESTATUTO DOS INDÍGENAS

Segundo Wheeler e Pélissier (2009) até ao regime do Estado Novo, Portugal não teve qualquer política indígena efetiva, pois só com a constituição aprovada entre 1926 e 1933, formou os pilares da nova política colonial face aos africanos. A nova política dos indígenas pôs fim ao modo como os liberais do século XIX tratavam os africanos, e definia o indígena como um elemento juridicamente diferenciado da população, e a forma de elevar um indígena a se comportar como um europeu seria pelo processo de assimilação, estes autores salientam que no regime da república existia a política de assimilação uniformizadora¹⁴, que foi substituída no regime do Estado novo pela política de assimilação seletiva que vigorou de 1926 até 1961, esta política era regulada pela burocracia e dependia do sistema educativo para o seu sucesso.

As populações dos territórios ultramarinos, não poderiam ser tratados de cidadãos sem antes cumprirem com um conjunto de regras legais, desta forma se deu um decreto de lei nº

¹⁰ Províncias é uma divisão territorial, política administrativa de certos países. No caso de Angola de acordo a sua divisão administrativa usamos este termo para diferenciar uma outra região que pertence no mesmo país, ou um estado conforme é falado cá no Brasil.

¹¹ Este sistema de ensino era destinado a civilizar e nacionalizar os indígenas das colônias, difundindo entre eles a língua e costumes portugueses.

¹² Neste sistema já ensinavam, para os indígenas, alguns cursos técnicos como de arte e ofícios.

¹³ Desta forma criou se então o estatuto dos indígenas.

¹⁴ Assimilação uniformizadora, é aquela que iria tornar todos os africanos sem seleção a seguirem o modelo europeu, a mesma consistia na ideia de que os africanos se assimilariam de uma forma natural ao sector do colonizador e também permitia que os africanos se pautassem pelas leis e instituições da república portuguesa.

39.666, no dia 20 de maio de 1954, este decreto estabeleceu o novo Estatuto dos Indígenas portugueses de Angola, Guiné e Moçambique conforme realça Kebanguilako (2016). Este autor diz ainda que com a regulamentação deste decreto, reforçou-se a divisão da população das províncias em duas classes: os Assimilados e os Indígenas. Deste modo eram considerados indígenas:

todos os indivíduos de raça negra ou seus descendentes nascidos e vivendo habitualmente nas províncias de Angola, Guiné e Moçambique que não possuíam ainda hábitos individuais e sociais para a integral aplicação do direito público e privado do cidadão português (KEBANGUILAKO, 2016, p. 146). legislação ulterior definiu o significado do termo « Indígena » de modo mais estrito. De acordo com um estatuto de 1954, um indígena era um africano, ou descendentes de africanos, governado por costumes nativos, que ainda não tinha sido « promovido » a um nível cultural ou grau de « civilização » que lhe permitisse reger-se pelas mesmas leis que os cidadãos portugueses. O objetivo da política indígena era integrar os africanos na nação portuguesa, tentando respeitar, pelo menos em teoria, a cultura e as leis africanas, (WHEELER e PÉLISSIER 2009, p. 196).

O novo diploma dava a possibilidade de transição da categoria de indígena à de assimilado, passando assim a condição de cidadão português e adquirir uma cidadania, mas para que este efeito se cumprir o nativo tinha que obedecer alguns requisitos tais como: ser maior de 18 anos; falar corretamente a língua portuguesa; exercer profissão de arte ou ofício, de que auferia rendimento necessário para o sustento próprio e da pessoas de família a seu cargo; ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressuposto para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses e não ter sido notado como refratário ao serviço militar e nem dado como desertor, segundo o que aponta, Castelo (1998) e Kebanguilako (2016).

Além dos requisitos acima mencionados para que um africano adquirisse o bilhete de identidade, tinha ainda de apresentar mais alguns documentos que comprovam que este indígena de alguma forma efetua um trabalho no estado ou no privado ou ainda se o mesmo frequentou ou frequenta uma escola, desta forma Castelo afirma que tais condições eram:

exercer ou ter exercido cargo público, por nomeação ou contrato; fazer ou ter feito parte de corpos administrativos; possuir o 1.º ciclo dos liceus ou habilitação literária equivalente; ser comerciante matriculado, sócio de sociedade comercial, excetuando as anónimas comandita por ações ou proprietário de estabelecimento industrial que funcione legalmente (CASTELO, 1998, p. 60).

Wheeler e Péliissier, (2009), argumentam que depois de um cidadão africano submeter a sua candidatura as autoridades locais, o estado analisava o caso deste indígena e se o seu documento fosse aprovado, as autoridades emitiam-lhe o bilhete de identidade. Para os

africanos esse bilhete não significa apenas uma via de acesso aos direitos cívicos, mas também servia para uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico, sem ele a população considerada indígena não podia obter um emprego decente, um cargo na administração pública ou mesmo a carta de condução. Segundo aos autores a cima citados, dizem que nessa época era impossível um indígena sem um emprego e sem dinheiro ter um auto melhoramento ou passar para a classe dos assimilados que para a percepção dos portugueses seria uma pessoa civilizada. Com o desejo insaciável de se desenvolverem a si mesmo e de aceder à educação, afim de poder ajudarem as suas comunidades, o povo angolano recorreu a vários pedidos para poderem obter o bilhete e num destes pedidos eles afirmavam:

O bilhete de identidade é para nós, indígenas, uma questão de vida ou de morte. Dela depende o nosso futuro e dos nossos filhos [...] perdoa- nos – á, vossa excelência, a franqueza com que declaremos não compreender como é que, ao cabo de quatro séculos de governação portuguesa, afim de obtemos tão importante documento, ainda temos de nos apresentar as autoridades administrativas, não para nos dizerem que somos bem comportados ou que somos vagabundos , mas para darem um documento de emancipação social. (WHEELER E PÉLISSIER, 2009, P. 202)

Estes pedidos internos contra o sistema do indigenato ilustraram fracasso, e pelo que se percebe é que alguns líderes angolanos, em que, na qual eram moderados e leais aos portugueses, se deram por vencido com o fracasso, com medo de perderem os seus prestígios e não facilitarem o desenvolvimento dos africanos. E o sistema barrava a progressão dos indígenas, e implementavam um conjunto de fatores que condicionava o direito a educação dos nativos e alguns destes condicionalismo, segundo o que a ponta Kebanguilako , era a legislação vigente que o Estado Novo estabeleceu começando com a constituição de 1933 e os demais diplomas produzidos posteriormente “ inviabilizavam o acesso ao sistema de ensino por parte da população nativa. E um outro problema residia no fato de que a maioria da população negra vivia nas zonas rurais, onde justamente escasseavam as escolas.” (2016, p. 149). Mais uma vez registou-se nesta legislação uma implementação da colonização, onde de um lado estavam aqueles que tinham o poder e capacidade para submeter grupos e povos das províncias ultramarinas que eles diziam conquistar e, do outro lado, estavam os povos que até então se mostravam incapazes de resistir, durante um tempo a esta submissão militar e material que na qual viviam.

Brito Neto Manuel, na sua tese sobre a história da educação em Angola (2005), alega que, na realidade foram os interesses econômicos que nortearam a presença dos portugueses em Angola e só depois surgiu a concepção de organizar e evoluir o sistema de ensino na colônia, Kebanguilako também ressalta ainda sobre este mesmo assunto, e fala:

Nunca foi do interesse das autoridades colônias portuguesas proporcionar aos angolanos o direito à educação e ensino. Portugal procurou, por via discursiva, reverter e mascarar a ação colonizadora em ação civilizadora, uma vez que considerava os seus valores e as suas crenças como sendo superiores às culturas dos angolanos. E, por esta razão, imbuídos de um suposto espírito humanista, julgavam ter a missão “histórica” e “divina” de conduzir os povos que ainda se encontravam na escuridão à luz da modernidade europeia. Toda legislação produzida neste período visava apenas justificar e escamotear a verdadeira essência colonial (2016, p. 148).

No livro ‘A África Ensinando a Gente’, consta um diálogo que o antigo ministro da educação em Angola, Antônio Burity da Silva Neto mantinha com o educador brasileiro Sérgio Guimarães, e o mesmo contava a sua experiência de como era ser professor no tempo colonial e como foi a pedagogia ultramarina implantada na África, ele diz que as crianças da aldeia¹⁵ estudavam da primeira até a quarta classe, e depois algumas crianças não tinham como dar continuidade pelo fato de que as escolas da quarta classe para cima foram construídas nas cidades urbanas, mas ele fazia o possível para cumprir com o programa pois embora os objetivos a atingir eram diferente, por que eram baseados em realidade portuguesa e não em contexto angolano, “porque o que se pretendia fazer, o que se fez mesmo, foi uma pedagogia ultramarina ou colonial implantada na África, onde nós tínhamos que lecionar tudo o que era da Europa e nada que era da África” (FREIRE e GUIMARÃES, 2011, p. 158). Silva Neto diz ainda que não se respeitou os valores culturais de cada povo, e que estavam sobre o domínio de uma política de assimilação.

Esta política de assimilação apesar de persistir durante muito tempo, e ser bem controlada e centralizada, Portugal não conseguiu com que ela se tornasse eficaz e vários obstáculos impediram o seu sucesso tais como: os tradicionais problemas em Portugal; a diversidade étnica da população africana; a insuficiência de equipamentos de ensino, saúde, e assistência social; persistência do trabalho forçado; as atitudes hostil de certos colonos europeus face a assimilação dos africanos e a desintegração da autoridade e sociedade tradicional africana. E também apesar de ser uma política de ensino que se expandiu nos finais dos anos 50, havia apenas dois por cento da população angolana nas escolas, sendo que havia 15 por cento em idade escolar, o que preocupou alguns membros do conselho legislativo, desta forma Dom Manuel Nunes Gabriel¹⁶, se sentiu insatisfeito com este ensino e criticou pelo fato de que Portugal estava apenas a educar uma percentagem ínfima do povo africano, a mesma crítica foi apoiada por Manuel Ribeiro¹⁷, que se incumbiu de recolher dados para mostra que o programa

¹⁵ Uma pequena povoação, geralmente de população pobre, aonde os moradores estão afastados das cidades.

¹⁶ Foi bispo de Malanje uma das províncias de Angola e membro do conselho legislativo na época colonial.

¹⁷ Este representava os interesses dos indígenas e foi um alto funcionário da liga nacional africana que é uma organização da sociedade civil que muito contribuíram para independência angolana.

de Portugal para educação em Angola estava muito empobrecido. Alguns dirigentes portugueses se apercebendo a isso notaram que este sistema estava ameaçado (WHEELER E PÉLISSIER, 2009).

Com isso Nunes Gabriel salienta que já nos anos 1960, face as ameaças que os movimentos que lutavam para independência da África portuguesa mostravam, e com o propósito de acabar com o regime que a muito atormentava a população africana, Portugal orgulhou-se de produzir ou transformar apenas 1% da população em assimilados em relação ao global da população, de 99 %, da qual continua regida pelo Estatuto do Indigenato.

E o grande desequilíbrio que existia entre o número de alunos matriculados no ensino primário e secundário, serviu como prova para mostrar que as políticas de educação implementadas para os chamados indígenas permitiam somente chegar até a quarta classe, não é uma educação de qualidade que lhes permitiria enxergar os problemas sociais da àquela altura, porque quanto menos escolarizado fossem os angolanos, melhor domínio teria o regime colonial sobre a população e o território, o que fez com que até 1960 Angola existiam somente 613 escolas primárias, sendo 368 particulares, incluindo, faziam parte deste grupo também as escolas missionárias e 244 oficiais, (KEBANGUILAKO, 2016).

5.4 SISTEMA DE ENSINO EM ANGOLA DE 1960 A 1974

De acordo com Kebanguilako (2016), na história da humanidade registraram-se duas formas diferentes de humilhação do ser humano pelo seu congêneres, este autor afirma que, “uma foi a escravatura e outra a colonização. Portugal, durante o longo período de permanência em África, praticou tanto a escravização quanto a colonização” (KEBANGUILAKO, 2016, P. 162). O regime colonial português, procurou e esforçou um processo de homogeneização impondo a sua cultura ao nativo e desrespeitando totalmente os valores culturais do outro, o mesmo regime tratava os africanos como objetos e não como seres humanos que possuem sentimentos próprios, vontades, desejos e suas ambições de toda espécie. Apesar dos nativos viverem de acordo as regras do colonizador e suportarem a dura repressão, da violência e da dissimulada exclusão social, durante este período colonial, os colonizados não se limitaram somente em obedecer e fazer tudo quanto colonizador orientava, desta forma criavam movimentos para reivindicarem os seus direitos, sendo assim Ribeiro afirma que:

eclodiram resistências as formas: revoltas, greves, sabotagens, movimentos que enfraqueceriam pouco a pouco as estruturas do regime colonial. E não apenas nas colônias portuguesas. A pequena elite local formada em todo continente africano,

sofria uma forte influência dos ventos pan-africanistas vindo da América (RIBEIRO, 2015, p. 32).

A partir dos anos 40, e sobre tudo no final da segunda guerra mundial, verificou-se a questão da paulatina descolonização ganhando destaque, e Castelo (1998), ressalta que em 1960 é um ano que ficou conhecido como Ano de África, porque 17 países do continente alcançaram a independência, sendo que no final do mesmo ano já existiam cerca de 30 países africanos independentes. Neste mesmo ano, as colônias que estavam sob liderança do regime português não obtiveram suas independências, mas se deu também o início da luta armada de libertação nacional na Guiné, Angola e Moçambique.

No caso de Angola, o surgimento fértil das organizações que reivindicavam a melhoria das condições de vida dos povos se deu na década dos anos 50 do século XX, pretendendo mudanças no quadro da reforma do sistema colonial capitalista, os intelectuais angolanos reuniam-se clandestinamente em associações, clubes recreativos e sociais distribuíam panfletos onde contestavam a partir de textos poéticos, pois embora essa política era feita de uma forma clandestina, serviu de conscientização e deu origem a uma literatura que se apunharia a influência lusitana e a mesma teve como base a literatura brasileira, conforme Manuel (2005) e Ribeiro (2015).

Em função da crescente tensão das lutas da independência o governo colonial português começou, novas tentativas de dominação via sistema educacional, até aos meados dos anos 60, as matérias que davam nas escolas coloniais não apresentavam e nem falavam assunto relacionado a história do continente africano, ou das colônias, simplesmente ensinavam conteúdo que tinha haver, e que glorificava, a metrópole. Em 1960 existia apenas em território angolano 37 escolas secundárias distribuídas entre os distritos de Luanda, Benguela, Huambo e Huíla, este ensino secundário era composto por liceus oficiais e particulares de escolas técnicas, industriais e comerciais.

As políticas públicas implementadas no domínio da educação neste período, estavam longe de proporcionar um desenvolvimento harmonioso do espaço territorial, Kebanguilako (2016, p. 155), garante o seguinte, “apesar da vontade de alguns governantes coloniais, que pretendiam criar uma mão de obra cada vez mais especializada para o desenvolvimento da indústria e do comércio, o quadro educativo de Angola mostrava-se ainda precário.” Pelo menos até ao final do ano a cima mencionado, não havia em Angola professores em quantidade suficiente, nem matérias didáticas, para ensinar nas colônias, à medida que o tempo passava, a opressão na qual a maioria da população vivia só agravava-se a medida em que as imposições

do Estado novo português se tornavam mais rígidos, observando isso os movimentos de luta armada se organizavam para reagir (KEBANGUILAKO 2016 e RIBEIRO 2015).

De acordo com Kebanguilako, desde muito cedo os angolanos resistiram a ocupação colonial, lutando contra as atrocidades e injustiças sociais, servidão, humilhação vividas durante o período da ocupação portuguesa, revoltados com esta situação desenvolveram uma luta armada contra a colonização portuguesa. Este acontecimento veio contradizer todos os projetos políticos de Portugal em Angola, depois de muita resistência contra o regime colonial, foi então que em 1961 se deu o início da luta armada pela libertação nacional de Angola do jugo colonial, o autor garante que, para historiografia angolana foi uma data de muitas mudanças “na vida política, econômica, e social e, como não poderia deixar de ser, várias são as reformas no sistema de educação e ensino que foram introduzidas” (KEBANGUILAKO, 2016, P. 158).

Falando das mudanças no sistema educacional nesta época, e da influência da luta armada no conjunto de reformas educativas que se implementou nesta época, assim sendo, o primeiro sinal dessas mudanças foi abolição da lei do indigenato e do seu estatuto através do decreto-lei nº 43.893, de 6 de setembro de 1961, com a finalização deste estatuto dos indígenas portugueses das províncias de Guiné, Moçambique e Angola chegou então o momento de se proclamar formalmente a igualdade de gênero humano, a dignidade do homem independente da sua cor, raça ou civilização. Contudo, as coisas não aconteceram de acordo o que se planeou com o fim deste estatuto, pois ao analisar este fato em Angola, Kebanguilako diz que teoricamente os angolanos independentemente da raça, etnia, credo religioso ou formação acadêmica, foram reconhecido como portugueses de Angola, mas em pratica nada disso aconteceu e não gozavam dos direitos impostos por leis. As autoridades coloniais violaram a lei e continuavam a não reconhecer e respeitar a diversidade cultural dos angolanos e negavam aos indígenas uma identidade do ponto vista cultural e histórica. No que tange ao setor da educação, e a política educativa Liberato (2014, p. 1011), afirma que “o governo de Angola assumiu, a partir de 1961, a responsabilidade direta pela educação da população em geral. Assistiu-se um desenvolvimento da rede escolar primária nos centros urbanos, e em certas áreas rurais”. Foram implementadas grandes reformas e projetos para se alargar o ensino nas diversas regiões rurais do território angolano, criação de escolas de aperfeiçoamento de artífices e de técnicos sociais, bem como a criação de ensino superior.

Segundo Ribeiro (2015) e Kebanguilako (2016), foi lançado em Angola , um novo programa de governo para a província , o mesmo continha um esboço de ensino, destinado ao ensino rural, este plano foi elaborado pelo professor Amadeu Castilho Soares, que denominou

como projeto **Levar a escola á sanzala**, aos 7 de outubro de 1961 apresentou este plano ao conselho legislativo, e em 1962 o governo de Angola adotou o mesmo.

Vários são os objetivos deste projeto, mas os principais eram: atingir a extensa área rural, que não tinha o privilégio de uma rede educacional sistemática, expandir o ensino da Língua Portuguesa, incutir nas comunidades tribais o desejo de querer uma escola e envolvê-las na concretização do projeto e aumentar o número de escolas com maior ênfase nas zonas rurais. Com este novo plano de ensino, aboliu-se o ensino de adaptação e unificaram os dois sistemas vigentes que funcionavam em paralelo, e foi estabelecido um único sistema educativo para todos, uniformizou-se o ensino primário e desenvolveu-se o ensino secundário. Liberato frisa que, essa expansão foi mais de uma forma quantitativa, isso porque expandiu-se por quase todo território e registou-se o aumento de número de escolas, mas em termos qualitativos não teve tradução equiparável, pelo fato de que os objetivos fundamentais dessa política educativa baseavam-se na adoção dos valores portugueses, tendo como fonte de transmissão de conhecimento a língua portuguesa.

Antes mesmo da luta armada, não existia em Angola nenhuma instituição de ensino superior, para que um estudante alcançasse este nível tinha que deslocar para Portugal, por intermédio de uma bolsa, que era mais atribuída as pessoas oriundas da metrópole, para maioria dos angolanos esse acesso estava vedado, até que em 1962 criou-se o ensino superior, proposta pelo governador geral de Angola e foi aprovada pelo Conselho Legislativo no dia 21 de abril e no dia 8 de setembro se deu a criação dos estudos universitários nas províncias de Angola e Moçambique e as mesmas faziam parte da universidade portuguesa e mais tarde passou a chamar-se Universidade de Luanda e posteriormente Universidade de Angola. Foram criadas universidades de Engenharias e Medicina em Luanda, Faculdade de Letras na Huíla e de Ciências agrárias no Huambo. Esses foram os principais centros urbanos de Angola que albergavam os liceus, os que mais frequentavam essas universidades eram estudantes de “raça” branca.

6 METODOLOGIA

A metodologia científica, tem desempenhado um papel importante para os estudos acadêmicos na universidade, Freitas, Prodanov (2013), aponta que a Metodologia é uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para realização de uma pesquisa acadêmica. Ela também serve de aplicação de procedimentos e

técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento. Com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade.

Para Gil (2010), a pesquisa é o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos, ela é desenvolvida mediante o concurso de procedimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos e técnicas de investigação científica. Tendo como finalidade a resolução de um determinado problema e solucionar dúvidas, por intermédio de procedimentos científicos (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Desta feita para obtemos e desenvolvermos os dados da nossa pesquisa para responder ao problema traçado de modo a alcançar os objetivos gerais e específicos, utilizaremos o método qualitativo, que é utilizado em qualquer tipo de pesquisa, onde os resultados produzidos não foram alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação (STRUSS e CORBIN, 2008). Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem como fonte direta, para coleta de dados, o ambiente natural, os dados coletados nesta pesquisa são descritivos, preocupa-se mais com o processo do que com o produto e tem como instrumento chave o pesquisador (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Para o aprofundamento e desenvolvimento do nosso trabalho, usaremos o tipo de pesquisa bibliográfica, que baseia-se em material já publicado, como: livros, revistas, jornais, teses, artigos e dissertações. Para podermos desenvolver e debruçar sobre o nosso tema, analisaremos e faremos leituras que dialogam com os conceitos como: colonização, educação, assimilação e a aculturação. Com isso já identificamos alguns autores que vão contribuir servindo de base no desenrolar do nosso projeto, dentre eles os princípios são: Neto (1997); Kebanguilako (2016) e Liberato (2014). A escolha destes autores se deu pelo fato de os seus temas apresentam conteúdos semelhantes ao nosso tema de pesquisa.

Pretendemos com este trabalho, descrever o processo de ensino em Angola na década de 60, e compreender como a luta de libertação impulsionou nas reformas que se criou quando o sistema de educação estava sobre posse do governo angolano, numa altura que ainda era notório a presença do colonizador no território angolano e identificar os impactos causados com a introdução destas reformas, em que o conteúdo ensinado de um lado correspondia com os hábitos e costumes da elite e do outro pretendia-se ensinar aspectos relacionados a cultura dos indígenas.

Durante a nossa pesquisa utilizaremos também a técnica ou procedimento de entrevista, essa que tem como propósito obter informação por meio de um entrevistado sobre um determinado assunto ou problema, segundo Menezes e Silva (2005). Pretende-se com esta

REFERÊNCIAS

BOAHEN, Albert Adu, O colonialismo na África: impacto e significação, in: BOAHEN, Albert Adu (org.), **História Geral da África, vol. VII: África sob dominação colonial, 1880- 1935**, p. 919-950, Brasília: Unesco, 2010.

CASTELO, Claudia. **O modo Português de estar no mundo: O luso tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933- 1961)**. Porto: edições Afrontamento. Pt. 1998.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau e São Tome e Príncipe**. 2. Ed.- São Paulo: paz e terra, 2011.

FREITAS, Ernani, Cesar de; PRODANOV, Cleber, Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da Pesquisa e do Trabalho acadêmico**. – 2. Ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Gloria Marconde. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. – 5. Ed. – São- Paulo: CórteX. 2011.

HENRIQUES, Joana Gorjão. **Angola houve independência, mas não descolonização das mentes**. 2015. Foi publicado no youtube, 23 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://youtu.be/rt0L7msmjFM>. Acessado em: 24 de maio de 2019.

KEBANGUILAKO, Dinis. **A educação em Angola: Sistema educativo, Políticas Públicas e os processos de Hegemonização e Homogeneização Política na Primeira República: 1975- 1992**. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador 2016.– 2016. 1 CD- ROM: i1. ;43 pol.

LIBERATO, Ermelinda. **Avanços e retrocesso da educação em Angola**. Revista Brasileira de educação. v 19 n. 59, p. 1003- 1031, 2014.

MACRE, Edward; ALVES, Coutinho. **Fumo de Angola: Canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. Salvador: Edufba, 2016.

MANUEL, Brito, Neto. **História da educação em Angola: Do colonialismo ao movimento Popular de libertação de Angola (MPLA)**. 2005. Dissertação Campinas/ SP – Brasil. 2005.

MENEZES, Estera Muszkat; SILVA, Edna Lucia da. **Metodologia da Pesquisa e elaboração de dissertação**. – 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

NETO, Maria da Conceição. **Ideologias e mistificações da colonização de –89 Angola no século XX**. In. Lusotopie, nº 4, p. 327- 357, 1997.

NGULUVE, Alberto, Kapitango. **Política educacional angolana (1975- 2005): Organização, Desenvolvimento e perspectivas**. 2006. Dissertação. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo., SP: s. n., 2006.

RIBEIRO, Fabia, Barbosa. **Educação e ensino de história em contexto coloniais e pós-coloniais**. Revista de humanidades. V. 16, nº 36, P. 27- 50, janeiro/ julho. 2015.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Tradução Luciane de Oliveira da Rocha. – 2. Ed.- Porto Alegre: Artmed, 2008.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Edição de bolso: fevereiro de 2011. 1ª reimpressão: junho de 2013. Lisboa: Tinta- da- China. 2009.